

A comunicação comunitária na garantia do direito a informação e comunicação em saúde em comunidades periféricas¹

Gabriela Daniel Brandão²
Kizi Mendonça de Araújo³
Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Resumo

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a comunicação comunitária como ferramenta para a garantia do direito à informação e comunicação em saúde em comunidades periféricas. A partir da experiência do projeto Conexão Saúde, implementado durante a pandemia da Covid-19 nas comunidades da Maré e Manguinhos (RJ), discutem-se as relações entre informação, participação social, combate às fake news e acesso a serviços de saúde. Conclui-se que a comunicação comunitária, articulada às políticas públicas e à escuta ativa dos territórios, é decisiva na efetivação de direitos e na proteção das populações vulnerabilizadas.

Palavra-chave: Comunicação comunitária; Comunidades popular; Direito a comunicação; Saúde.

Introdução

Com a criação do Sistema único de Saúde (SUS), em 1990, o direito a Saúde passou a ser gratuito e universal para todos os brasileiros. Como lembrou Sérgio Arouca na 8ª Conferência Nacional de Saúde: “Saúde não é, simplesmente, a ausência de doença” (Alma Ata, 1978). Em seu sentido mais abrangente, o conceito ampliado de saúde diz que a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde (Anais da 8ª CNS, 1986). Com isso, foi necessário a criação de medidas para a redução das desigualdades em saúde, medidas essas que permitissem a identificação de fatores externos capazes de influenciar de maneira negativa a qualidade de vida das pessoas. Sendo assim, surgiram os determinantes sociais da saúde (DSS);

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a cidadania, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Fiocruz). E-mail: gabriela_381@hotmail.com

³ Orientadora do Trabalho. Professora do PPGICS/FIOCRUZ. E-mail: kizi.araujo@fiocruz.br

segundo Buss e Pellegrini Filho (2007) as diversas definições dos DSS expressam o conceito generalizado de que as condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos da população estão relacionadas com sua situação de saúde. No combate as inequidades e na consolidação da democracia a informação e a comunicação são primordiais, por isso, são importantes determinantes sociais de saúde. A participação eficaz e o empoderamento da sociedade nas discussões sobre saúde são de vital importância para entender a democracia, não somente como uma forma de igualdade econômica ou um meio para assegurar a solidariedade, mas como um fator de reconhecimento em que todo indivíduo deve ser ouvido e respeitado em sua singularidade (WEBER apud PITTA, 1995). Nos serviços de saúde, a participação do usuário/paciente passaria basicamente pela maior democratização da informação e pelo reconhecimento dos mesmos como sujeitos no processo do cuidado com a saúde (ANDRADE; VAITSMAN, 2002).

Segundo Stevanim e Murtinho (2021) o direito a comunicação requer um conjunto de outros direitos civis, políticos e sociais para que seja garantido; e seu exercício tem impacto direto sobre o cotidiano, a prática da cidadania e sobre outros direitos, como no caso da saúde. O direito a comunicação e a informação, bem como o direito a Saúde não são simplesmente concedidos, eles possuem etapas de conquista que em sua maioria dependem da organização da sociedade para serem garantidos (GRAMSCI, 2007). Sendo assim, não há democracia sem comunicação assim como não há saúde sem comunicação democrática; o que garante saúde, comunicação plena e democrática é a participação dos diversos atores da sociedade para que esses direitos sejam reconhecidos e resguardados (STEVANIM E MUTINHO, 2021).

Para que os direitos sejam efetivados é necessário um conjunto de decisões e ações tomados pelo Poder Público, chamados de Políticas Públicas, são elas o principal meio de ação do Estado no atendimento as demandas da sociedade e garantia de melhores condições de vida, minimamente, digna à sociedade, sendo fundamental para execução do direito à saúde da população. Entretanto, quando se trata de populações vulnerabilizadas esses direitos, muitas vezes, não são resguardados pelas políticas públicas. Dentro dessa perspectiva, muitas comunidades se organizam para ter acesso e a mínima garantia de direitos, normalmente, através de organizações da sociedade civil, organizações não governamentais, associação de moradores entre outros.

A pandemia e a onda de desinformação

A pandemia de Covid-19 escancarou desigualdades sociais já existentes deixando mais evidente o impacto dos DSS na saúde da população. No que tange a comunicação e informação, a pandemia potencializou a proliferação de informações, informação muitas vezes falsas, que dificultaram a compreensão das medidas de prevenção e controle da doença.

Logo que foi identificada a pandemia de covid-19 a Organização Mundial de Saúde (OMS) desenvolveu diversos protocolos com medidas de promoção, cooperação, coordenação e solidariedade mundial, com intuito de minimizar a propagação do vírus. Com as especificidades de cada país e suas limitações a OMS, junto com a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) também divulgou um guia de Comunicação de Risco e Engajamento Comunitário (CREC), com orientações de implementação de estratégias eficazes. O guia, tinha como finalidade ajudar aos países a protegerem a saúde pública durante a pandemia de Covid-19. O documento contava com metas e ações recomendadas de CREC para que os países pudessem enfrentar de maneira mais efetiva a pandemia. Com eventos de saúde pública ocorridos ao longo do tempo foi possível compreender que a CREC é fundamental para o sucesso das respostas a emergências de saúde. Segundo consta no guia é desafiador comunicar a incerteza e o risco, abordando ao mesmo tempo as preocupações do público, isso pode levar a uma série de resultados, incluindo a perda de confiança e reputação, mesmo sempre havendo novas lições a serem aprendidas, há ações que sabemos que funcionarão, com isso eles fizeram um apelo aos líderes para assegurar que a CREC seja um componente essencial das suas atividades de prontidão e resposta a emergências de saúde. Para Bardi, et al. (2020) o enfrentamento a pandemia deve ir além de um problema exclusivo do campo biológico e de saúde, ele requer uma mobilização de setores de políticas públicas e campos de campos diversos, pois uma pandemia é algo complexo e inter-relaciona determinantes naturais e sociais (Badiou, 2020).

No Brasil, o Ministério da Saúde (2021) sempre divulgou recomendações para minimizar as contaminações por covid-19, como distanciamento social, etiqueta respiratória e de higienização das mãos, uso de máscaras, limpeza e desinfecção de ambientes, isolamento de casos suspeitos e confirmados e quarentena dos contatos dos casos de covid-19, porém essas recomendações não levavam em conta a diversidade e desigualdade da população brasileira, principalmente aqueles que vivem em situação de

vulnerabilidade. Mesmo com todos os esforços para mitigar os efeitos da pandemia é sabido que grupos com elevado grau de vulnerabilidade social sofrem um impacto maior a frente de emergências sanitárias, por isso, se faz necessário medidas complementares que considerem a realidade vivida por esses grupos, deixando assim, de se ter uma visão do macro e indo para o micro.

Neste sentido, se torna essencial a participação das comunidades (grupos comunitários, organizações não governamentais, organização da sociedade civil, coletivos entre outros) para participar do planejamento e gerenciamento de ações em situações pandêmicas. Segundo a OMS (2021), o envolvimento comunitário tem a intenção de maximizar a eficácia das estratégias de preparação, resposta e recuperação da Covid-19 para prevenir e conter a transmissão no nível da comunidade esse comprometimento também auxilia o setor da saúde a se preparar e responder às necessidades e desafios de diferentes populações de maneiras contextualmente relevantes, bem como abordar saúde e desigualdades de gênero durante e além da pandemia.

A experiência do Conexão Saúde como resposta territorial

As ações produzidas e promovidas pelos movimentos sociais dentro das comunidades buscam assegurar as questões da comunidade como um todo, não apenas a segurança alimentar e higiênica dos grupos frente a pandemia, mas também a mobilização de recursos para ofertar informações acessíveis sobre a conjuntura atual, condizentes com as condições sociais e étnicas, assegurando assim seu papel enquanto promotoras de saúde. Durante a pandemia de Covid-19 a Redes da Maré, organização da sociedade civil localizada no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, produziu diversas iniciativas para minimizar os efeitos da pandemia na comunidade, dentre elas, a produção de dados a respeito dos números sobre doença, como óbitos, casos suspeitos e confirmados no território e reunindo com os dados divulgados pelo Painel Rio Covid-19. Essas ações foram extremamente relevantes para o enfrentamento da pandemia no território, permitindo apontar as falhas nas estatísticas governamentais, possibilitando a qualificação do debate público e produzindo subsídios para o aprimoramento das políticas de combate a pandemia através do reconhecimento das necessidades específicas dos territórios de favela (MARÉ DIZ NÃO AO CORONAVÍRUS, 2021). Nesse contexto foi criado o projeto “Conexão Saúde: De olho na Covid!”, uma parceria entre as organizações Redes da Maré, SAS Brasil (saúde, alegria e sustentabilidade Brasil), Dados do Bem, União Rio, Conselho comunitário de Manguinhos, Todos pela Saúde e Fundação

Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) para atuação nas favelas da Maré e Manguinhos, que consiste em executar uma série de ações a partir dos principais problemas identificados no território, o tripé de serviços gratuitos dessa iniciativa foi: testagem em massa (Dados do Bem), acesso à telemedicina (SAS Brasil) e programa de isolamento domiciliar (Redes da Maré). (MARÉ DIZ NÃO AO CORONAVÍRUS, 2021). Entendendo a comunicação e a informação como elementos importantes para a consolidação da saúde, a principal estratégia do projeto foi a comunicação no território. Desta forma, foi criado um planejamento de comunicação que orientava as ações das equipes atuantes nos territórios das comunidades tanto nas peças e mensagens produzidas para o território quanto para a comunicação institucional com parceiros, poder público, pesquisadores e imprensa. Para que as peças de comunicação do projeto fossem reconhecidas facilmente pelos moradores, visando evitar circulação e apropriação de informações falsas, foi criada uma identidade visual que norteou todos os materiais produzidos (RELATÓRIO CONEXÃO SAÚDE, 2022).

O projeto de comunicação comunitária, intitulado: Conexão Saúde: de olho na Covid!, visou informar e nortear os moradores a respeito dos serviços que estavam sendo oferecidos gratuitamente na comunidade, utilizando canais tais como: as redes sociais como Instagram e grupos do Whatsapp, abordagem ativa nas ruas e entrega de panfletos e do jornal comunitário Maré de Notícias entregue porta-a-porta, carros de som circulando por toda a comunidade, além da disponibilização em locais de grande circulação de pessoas do território. Durante a vigência do projeto houve queda de 89% na taxa de letalidade (número de óbitos entre pessoas infectadas) da doença na comunidade (REDES DA MARÉ - SEMINÁRIO, 2022), demonstrando a efetividade das ações de comunicação para a garantia do direito à saúde e combate a pandemia.

Considerações Finais

Historicamente, a ciência tem sido percebida como algo distante da vida cotidiana de grande parte da população, sobretudo das comunidades periféricas. No entanto, a pandemia de Covid-19 evidenciou que ciência e sociedade precisam caminhar juntas. A produção científica só ganha pleno sentido quando seus resultados se traduzem em benefícios reais para a coletividade — e, nesse processo, a comunicação é ponte e ferramenta essencial.

O acesso à informação e comunicação em saúde pode contribuir para a motivação, valorização da autoestima e inclusão social dos cidadãos e, nas favelas, onde o acesso à

informação institucionalizada é historicamente limitado, a comunicação comunitária mostrou-se determinante para a sobrevivência, a organização coletiva, o fortalecimento de vínculos sociais e no combate a desinformação. A experiência do Conexão saúde ilustra esse fenômeno: ali, iniciativas da sociedade civil garantiram não apenas a circulação de informações confiáveis, mas também sua tradução em linguagem acessível, por meio de meio de estratégias locais como jornais comunitários, carros de som e redes sociais populares. Essa mediação foi crucial para o enfrentamento da pandemia, permitindo que os moradores compreendessem, confiassem e se engajassem nas ações de prevenção, cuidado e mobilização.

A divulgação científica, portanto, não deve ser encarada como um processo unidirecional, mas como uma construção dialógica que se alimenta da escuta ativa e da valorização dos saberes locais. Projetos como o *Conexão Saúde: de olho na Covid!* demonstram a potência dessa aproximação entre ciência e território. Por meio da articulação entre instituições científicas e lideranças comunitárias, tornou-se possível desenvolver uma consciência científica viva, popular e participativa, capaz de disputar espaços de poder e de conhecimento.

Além de democratizar o acesso à informação e o combate a desinformação, a comunicação comunitária promove o empoderamento das populações de favela, estimulando sua participação em políticas públicas e reforçando o direito à comunicação como dimensão inseparável do direito à saúde. Ao reconhecer as potências dos territórios, e não apenas suas carências, a ciência encontra formas mais justas, eficazes e solidárias de responder às crises e de construir coletivamente o bem viver.

A experiência vivida nas favelas durante a pandemia evidencia que não basta comunicar sobre ciência — é preciso comunicar com o território. Essa prática, para além de estratégica, é profundamente política e democrática. A partir desse aprendizado, torna-se urgente que os investimentos em ciência e saúde considerem, de forma estrutural, o papel da comunicação comunitária como elo legítimo e potente entre os saberes técnicos e os cotidianos. Só assim será possível enfrentar não apenas pandemias, mas também as múltiplas formas de exclusão que atravessam a vida nas periferias brasileiras.

Referências

- ALMA ATA, **declaração de. Urss. 1978.** Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf. Acesso em: 30 de nov. de 2022.
- ANDRADE, G. R. B de.; VAITSMAN, J. **Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 7, n. 4, p. 925-934, 2002.
- ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine. **Comunicação e saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- BADIOU, A. **Sobre a situação epidêmica.** In: Davis M; Harvey D; Bihr A; Zibechi R; Badiou A; Zizek S. **Coronavírus e a luta de classes.** Brasil: Terra sem amos; 2020. p. 35-42.
- BARDI G, Bezzerá W, Monzeli G, et al. **Pandemia, desigualdade social e necropolítica no Brasil: reflexões a partir da terapia ocupacional social.** Rev. Inter. Bras. Terapia Ocupacional. 2020; 4(3):496-508
- BUSS, Paulo Marchiori e Pellegrini Filho, Alberto. **A saúde e seus determinantes sociais.** Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]. 2007, v. 17, n. 1 [Acessado 1 Dezembro 2022], pp. 77-93. Disponível em: . Epub 21 Ago 2007. ISSN 1809-4481. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>.
- Democracia é saúde. **8ª Conferência Nacional em Saúde** (Pronunciamento do sanitarista Sergio Arouca). Produção: Comissão Organizadora da 8ª Conferência Nacional de Saúde/Fiocruz. Rio de Janeiro: CNS, 1986 (Restauração: 2013). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-_HmqWCTEeQ&t=236s. Acesso em: 27 jun. 2022.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** V3. Ed e trad. Carlos Nelson Coutinho; coed. Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 2007.
- Maré diz não ao coronavírus: a jornada da Redes da Maré por saúde e direitos em meio à pandemia/ coordenação Eliana Sousa Silva, Luna Arouca. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2021.
- MURTINHO, R. **Estado, comunicação e cidadania: diálogos pertinentes sobre a relação entre direito à saúde e direito à comunicação,** 2012. Tese de doutorado, Niterói (RJ): Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6515>. Acesso em: 27 jun. 2022.
- Organização Mundial da Saúde 2021 - **World Health Organization.** Role of community engagement in situations of extensive Community transmission of COVID-19. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/332172>. Acesso em: 03 de dez de 2022.
- Organização Pan-Americana de Saúde. **Comunicação de risco e engajamento comunitário Prontidão e resposta ao novo coronavírus de 2019.** Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&slug=comunicacao-derisco-e-engajamento-comunitario-crec-prontidao-e-resposta-ao-novo-coronavirus-de-2019-2019-ncov&Itemid=965. Acesso em: 03 de dez 2021.
- PITTA, A. M. da R. **Saúde & Comunicação: Visibilidades e Silêncios.** São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1995 PITTA, A. M. R.; MAGAJEWSKI, F. R. L. Políticas nacionais de comunicação em tempos de convergência tecnológica: uma aproximação ao caso da Saúde. v.4 , n.7, p.71-80, 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/icse/a/fX4dWX6hsK97xJmX4hg5K4h/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2022.

REDES DA MARÉ. “**Conexão Saúde**: De olho na Covid”. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/conexaosauade>. Acesso em: 05 de nov. de 2022.

Redes da Maré - **Relatório Conexão Saúde**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RdM_Relatorio_ConexaoSaude.pdf. Acesso em: 03 de dez de 2022.

Redes da Maré - Seminário. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/noticia/34/seminario-vacina-mare-o-que-alcancamos-e-para-ondevamos>. Acesso em: 03 de dez de 2022.

STEVANIM, L.F.; MURTINHO, R. **Direito à comunicação e saúde** (Coleção Temas em saúde). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.